

ATA DE REUNIÃO

DATA	LOCAL	HORÁRIO
25 de abril de 2022	Plataforma <i>Google Meet</i> - Videoconferência	Início às 10h

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ATA

Nº da Ata	010
Nome da Demanda	Reunião conjunta das Comissões instituídas pela Portaria GP nº 45/2020, alterada pela Portaria GP nº 65/2021

2 - PAUTA

1. Assédio Institucional.
2. Reunião com os Diretores de Secretaria - proposta da Comissão de 1º Grau.
3. Assuntos Gerais.

3 - PARTICIPANTES**3.1 - Comissão do Tribunal**

Desembargadora Luciane Storel	Magistrada indicada pela Presidência, Presidente da Comissão do Tribunal
Desembargadora Eleonora Bordini Coca	Magistrada eleita em votação direta entre os magistrados membros do tribunal, a partir de lista de inscrição
Fauzi El Kadri Filho	Servidor indicado pelo Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão
Vlademir Nei Suato	Servidor indicado pela Presidência
Ivan Bagini	Servidor indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região - Sindiquinze

**Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual
no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**

Isaias Clemente	Servidor eleito em votação direta entre os servidores efetivos do quadro, a partir da lista de inscrição
3.2 - Comissão do Foro de 1º Grau	
Juíza Patrícia Maeda	Magistrada indicada pela Direção do Foro, Presidente da Comissão do Foro do 1º Grau
Andréa Azevedo	Servidora indicada pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região -Sindiquinze
Eliane Capelari Anselmo.	Servidora eleita entre os servidores do quadro do interior do estado, a partir de lista de inscrição
Jovane Coelho Ventura	Servidor indicado pela Direção do Foro
Integrantes das Comissões de 1º e de 2º Grau	
Procurador Eduardo Luís Amgarten	Representante do Ministério Público do Trabalho
Luiz Henrique de Freitas Pereira	Secretário de Gestão de Pessoas Substituto
Sérgio de Oliveira Cordeiro	Secretário de Saúde
Iara Cristina Gomes	Assessora de Gestão Estratégica

Justificadas as ausências da Juíza Milena Casacio Ferreira Beraldo, da Juíza Camila Moura de Carvalho e da Assessora da Escola Judicial, Lara de Paula Jorge.

Secretariou a reunião a Servidora Juliana Hauptmann Borelli Thomaz, Assistente da Secretaria de Gestão de Pessoas.

A reunião foi gravada com o consentimento de todos os participantes.

4 - DETALHAMENTO DOS ASSUNTOS ABORDADOS

A Desembargadora Luciane Storel, Presidente da Comissão no âmbito do Tribunal, cumprimentou a todos e, agradecendo a presença, deu início à reunião e colocou em deliberação os assuntos pautados.

1. Assédio Institucional

A Presidente da Comissão afirmou que, em prosseguimento à reunião anterior, que tratou sobre a pesquisa organizacional, dentre outros temas, na presente reunião seriam discutidas possíveis políticas a serem desenvolvidas e sugeridas à Administração. Em seguida, franqueou a palavra para quem quisesse se manifestar sobre esse tema.

A Juíza Patrícia Maeda sugeriu adequar metas e objetivos às condições materiais e aos recursos humanos efetivamente disponíveis no Tribunal, especialmente pela escassez de pessoal.

O servidor Fauzi disse ser necessário, primeiramente, levantar quais são as questões específicas do Tribunal relacionadas a assédio institucional (o que, possivelmente, será feito no decorrer deste ano) para depois fazer uma campanha de esclarecimento do que é assédio institucional, bem como o levantamento sobre o que as pessoas estão entendendo como assédio institucional para, a partir daí, fazer sugestões à Administração.

A Desembargadora Luciane Storel compartilhou as conclusões da pesquisa consignadas na ata da última reunião (23 de março de 2022):

1. A pesquisa, que não tem um corte temporal, demonstra a existência de assédio no modelo organizacional do Poder Judiciário, quanto à demanda e cobrança de metas;
2. Diante do resultado da resposta da instituição nos casos em que foi demandada, percebe-se um risco de se desenvolver a síndrome do desamparo aprendido;
3. A pesquisa indica inconsistência na comunicação entre administrador e administrado;
4. A pesquisa indica que as mulheres, proporcionalmente, são mais afetadas pelo assédio;
5. Uma parcela relevante dos pesquisados indicou que há práticas, no ambiente de trabalho, que são nocivas à saúde mental ou emocional;
6. Proporcionalmente, houve uma baixa participação de terceirizados.

A Desembargadora Presidente afirmou que, diante dessas conclusões, é que serão discutidas as políticas que serão recomendadas à Instituição. Ressaltou que primeiro será preciso trabalhar com as campanhas e com os usuários (servidores e magistrados) a fim de identificar exatamente onde se encontra o assédio para, a partir daí, poder desenvolver uma política nesse sentido.

Em relação à *live* sobre assédio institucional proposta pela Comissão, que será realizada no dia 2 de maio (e ficará disponível no *youtube*), os membros deliberaram que o tema da *live* será discutido numa nova reunião, até mesmo para assimilar alguns conceitos que surgirão dali.

**Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual
no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**

O Servidor Fauzi propôs convidar o psiquiatra do Tribunal Dr. Pedro (especialista no tema *Burnout* e assédio moral) para a próxima reunião para prestar auxílio técnico.

A Desembargadora Luciane Storel ressaltou que a *live* será uma oportunidade de ter um grande número de pessoas reunidas sobre o tema assédio. Por isso, sugeriu lançar um formulário durante o evento, a fim de obter de pronto uma resposta da coletividade a respeito do assunto. Sugeriu alguns questionamentos que poderão constar do formulário: se as pessoas preferem tratar dessa questão (assédio) por oficinas (por segmento ou do quadro de servidores/magistrados) ou por pesquisa ou já colocar perguntas específicas a respeito da identificação do assédio institucional.

A Desembargadora Presidente propôs elaborar um manual sobre assédio para o 2º semestre, tomando como exemplo aquele apresentado pela Dra. Thaís (recomendação do 1º grau). Sugeriu também requisitar à EJUD a inserção do manual na capacitação dos gestores e que na campanha para o segundo semestre seja abordada a questão do *burnout* e a relação com a falta de reconhecimento, que está muito ligado à cobrança de metas (ser cobrado, mas não ser reconhecido).

O Secretário de Saúde, Sérgio Cordeiro, se comprometeu a sondar se o Dr. Pedro tem algum material, que provavelmente ajudará na formulação da cartilha.

A Desembargadora Luciane Storel propôs que o formulário contenha 2 perguntas, com a divulgação do evento no *chat*. O link do formulário ficará aberto por 1 semana e será reforçado por email.

Sobre o conteúdo do formulário, dois questionamentos serão levantados:

1. Aponte práticas que você identifica como de assédio institucional no TRT 15.
2. Qual seu vínculo com o TRT 15?

A Desembargadora Luciane Storel registrou a dificuldade da Comissão em incorporar os terceirizados.

O servidor Isaias propôs um grupo focal com algumas pessoas dos terceirizados. Ele ficará responsável pelo formulário.

Ficou definido que a próxima reunião conjunta terá a presença do Dr. Pedro, médico psiquiatra do Tribunal.

Os membros aprovaram a organização da Campanha do segundo semestre, cujo tema será o *burnout*.

2. Reunião com os Diretores de Secretaria - proposta da Comissão de 1º Grau

Os membros deliberaram por sugerir à EJUD a inclusão de uma fala sobre a divulgação da Comissão na capacitação com os Diretores e gestores.

3. Assuntos Gerais

A Desembargadora Luciane Storel apresentou algumas conclusões da Oficina Pensando Gestão de Pessoas.

A demanda que mais apareceu foi sobre Secretários de Audiência e Audiências.

Na Oficina foi abordado também um tema importante: trabalho remoto e saúde mental. A Presidente da Comissão destacou que o trabalho híbrido vai exigir bastante da saúde mental das pessoas e adiantou que a proposta do normativo do trabalho híbrido foi aprovada pela Comissão de Teletrabalho em conjunto com o Comitê de Gestão de Pessoas, e já está na Vice-Presidência Administrativa.

Na referida Oficina foram identificadas como soluções:

1. Conectar a função de Secretário de Audiência com uma certa humanidade;
2. Um plano de trabalho diferenciado para cada Vara com relação à dobra de pautas - para que seja respeitado o contingente;
3. Fazer um banco de especialidades e interesses;
4. Força tarefa para auxílio remoto;
5. Treinamento específico para os Secretários e plantão específico da TI para dúvidas e atendimentos emergenciais durante as audiências;
6. Pausas de descanso a cada 1h30 e substituição de Secretários de Audiência - recomendação do TRT 15;
7. Capacitar mais pessoas para a função.

A servidora Eliane levantou a questão sobre o uso de *headphones* em audiência e problemas auditivos. A Desembargadora Luciane pediu à servidora para orientar as pessoas a procurarem a Secretaria de Saúde.

Por fim, a Dra. Luciane Storel sugeriu conversar com o Secretário de Saúde, Sérgio, sobre os

exames periódicos, a fim de viabilizar o atendimento mínimo daqueles exames.

A próxima reunião ficou agendada para o dia 16 de maio, às 16h.

A Exma. Desembargadora Presidente da Comissão do Tribunal, agradecendo a participação e o trabalho de todos, encerrou a videoconferência.

5 – APROVAÇÃO DA ATA		
Divulgada por e-mail em	Data	06/05/2022
Considerada aprovada em	Data	10/05/2022